

**HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO JESUÍTICA NO ESPÍRITO SANTO**  
HISTORIOGRAPHY AND HISTORY OF JESUIT EDUCATION IN ESPÍRITO SANTO

Wallace Manoel Hupp<sup>1</sup>

Miriã Lúcia Luiz<sup>2</sup>

**Resumo**

Este estudo investiga a educação jesuítica no Espírito Santo, compreendendo-a em sua singularidade e, ao mesmo tempo, situando-a no campo da história da educação brasileira. A historiografia da educação aponta o descompasso entre o impacto da ação pedagógica dos padres inacianos nos três primeiros séculos de colonização portuguesa no Brasil e a parca quantidade de investigações produzidas sobre o tema (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2006). No caso do Espírito Santo, este descompasso revela-se intrigante ao considerar que a Companhia de Jesus fundou um dos seus primeiros colégios em terra capixaba (1551), além do destaque local à ação catequizadora desenvolvida pelo padre José de Anchieta. Utiliza como fontes as coletâneas *Cartas do Brasil 1549-1560* (NÓBREGA, 1931a; 1931b; 1931c), *Cartas Avulsas 1550-1568* (1931), *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões* (ANCHIETA, 1933) e *As novas cartas jesuíticas: de Nóbrega a Vieira* (LEITE, 1940). Pela via do método indiciário, referenciado na micro-história italiana (GINZBURG, 2007a; 2007b), a leitura cruzada dessas fontes aponta para um número ínfimo de missivas partindo do

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pelo PPGE/ UFES na Linha de Pesquisa Docência, Currículo e Processos Culturais. Possui graduação em História e mestrado em educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atua como professor de História da Rede Estadual de Ensino desde 2001. Trabalhou como coordenador estadual do PNLN/PNBE na Secretaria de Estado da Educação (SEDU) entre janeiro de 2013 e janeiro de 2016. Atualmente, é professor de História da EEEFM Marinete de Souza Lira. E-mail: wallacehupp@gmail.com.

<sup>2</sup> Possui graduação em Pedagogia (2004) e História (2009), mestrado (2010) e doutorado (2015) em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. É membro do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (NUCAPHE). É professora Adjunto-A do Quadro Permanente da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua nas áreas de História da Educação, Ensino de História e Formação e prática de professores. E-mail: mirialuiz@gmail.com

Espírito Santo e, a comparação desses dados aos das capitanias de São Vicente e da Bahia, presentes nas mesmas publicações, evidencia a disparidade entre elas, indicando possíveis invisibilizações da educação jesuítica no Espírito Santo.

**Palavras-chave:** Paradigma indiciário. Historiografia. Educação jesuítica. Espírito Santo.

## ABSTRACT

This study investigates the Jesuit education in Espírito Santo, understanding it in its uniqueness and, at the same time, placing it in the field of the history of Brazilian education. The historiography of education points to the mismatch between the impact of the pedagogical action of Ignatian priests in the first three centuries of Portuguese colonization in Brazil and the sparse amount of research produced on the subject (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2006). In the case of Espírito Santo, this mismatch is intriguing when it considers that the Society of Jesus founded one of its first schools in Espírito Santo (1552), in addition to the local emphasis on the catechist action developed by Joseph of Anchieta. It uses as sources the collections *Letters from Brazil 1549-1560* (NÓBREGA, 1931a; 1931b; 1931c), *Single letters 1550-1568* (1931), *Letters, information, historical fragments and sermons* (ANCHIETA, 1933), *The new jesuitic letters: from Nóbrega to Vieira* (LEITE, 1940). By the indicial method, referenced in the Italian microhistory (GINZBURG, 2007a; 2007b), the cross-reading of these sources points to a small number of missives sent from Espírito Santo, and the comparison of these data with those of the captaincies of St. Vincent and from Bahia, present in the same publications, evidences the disparity between them, which indicates possible invisibilities of Jesuit education in Espírito Santo.

**Keywords:** Indicial paradigm. Historiography. Jesuit education. Espírito Santo.

## Introdução

Na produção de narrativas historiográficas sobre a Educação de modo geral e, do Espírito Santo, em particular, nos deparamos com questões de ordem teórico-metodológicas que destacamos: a) o difícil acesso às fontes, que se encontram em condições precárias de preservação; b) a ausência ou limitado investimento significativo de pesquisa histórica em geral; e c) a dificuldade de constituição de grupos e núcleos de pesquisa que, permanentemente, produzam e publicizem seus relatórios de pesquisa (SIMÕES; FRANCO;

SALIM, 2009). Diante desses desafios apontados pelos autores, a valorização e o investimento em pesquisas locais nos parecem promissores para o fortalecimento e expansão de estudos históricos com enfoque na educação. É nesse esforço investigativo que a presente reflexão se insere, ao focalizar a historiografia da educação capixaba e, de modo específico, as narrativas sobre a educação jesuítica no Espírito Santo<sup>3</sup>.

A historiografia da educação brasileira aponta o descompasso existente entre o impacto da ação pedagógica dos padres inacianos nos três primeiros séculos de colonização portuguesa no Brasil e a escassa quantidade de investigações produzidas sobre o tema (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2006). No caso do Espírito Santo, este descompasso revela-se especialmente intrigante, se levarmos em conta, por exemplo, que a Companhia de Jesus fundou um dos seus primeiros colégios em terra capixaba (1551), além do destaque local à ação catequizadora desenvolvida pelo padre José de Anchieta.

Com isto em mente, este estudo interroga a educação jesuítica no Espírito Santo, compreendendo-a em sua singularidade e, ao mesmo tempo, situando-a no campo da história da educação brasileira. Além de pesquisas relativas à educação jesuítica no Brasil e no Espírito Santo, utilizamos como fontes as coletâneas *Cartas do Brasil 1549-1560* (NÓBREGA, 1931a; 1931b; 1931c), *Cartas Avulsas 1550-1568* (1931), *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões* (ANCHIETA, 1933) e *As novas cartas jesuíticas: de Nóbrega a Vieira* (LEITE, 1940). Pela via do método indiciário, referenciado na micro-história italiana (GINZBURG, 2007a; 2007b), procederemos à leitura cruzada dessas fontes, tendo em vista a escassez e a dispersão das informações sobre o tema pesquisado, parte-se do pressuposto de que o paradigma indiciário, especialmente pela sua ênfase ao aparentemente negligenciável, ao singular e ao *hors texte* na leitura das fontes, potencializa narrativas de visibilização da educação jesuítica em terra capixaba.

O texto se organiza em três movimentos: a) uma análise da literatura que tem como objeto de investigação a Educação Jesuítica; e b) problematizações a respeito da invisibilização do Espírito Santo nas Cartas Jesuíticas e na produção historiográfica sobre o tema e, c) indícios da educação em cartas jesuíticas do Espírito Santo.

### **A presença/ausência jesuítica na produção acadêmica: o que os estudos apontam?**

---

<sup>3</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi publicada nos anais do X Congresso Brasileiro de História da Educação (2019).

Para o diálogo com estudos que tematizam a educação jesuítica, acessamos o Banco de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE-Ufes), a partir dos descritores *educação jesuítica no Espírito Santo* e *educação Jesuítica no Brasil*, e não encontramos nenhuma pesquisa. Em seguida, utilizamos o mesmo procedimento no Banco de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-Ufes), e o resultado apontou para uma tese e três dissertações sobre temas vinculados aos jesuítas, mas não sobre educação jesuítica. Por fim, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) encontramos 84 trabalhos sobre os mais variados aspectos envolvendo os jesuítas e o seu legado.

Das cinco pesquisas sobre a ação da Companhia de Jesus no Espírito Santo, quatro foram localizadas na base de dados do PPGHIS e uma na BDTD, que direcionou a busca para o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAU-Ufes).

Das quatro dissertações encontradas na base de dados do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS-Ufes), uma investiga as permanências medievais no imaginário de Anchieta (ALVIM, 2004), duas situam seu recorte temporal a partir da expulsão dos jesuítas em 1759, sendo que uma destaca os aspectos econômicos da capitania do Espírito Santo (CONDE, 2011), e a outra, as razões políticas e a influência da Junta de Providência Literária na validação dos discursos antijesuítas (SALLES, 2016). A terceira aborda a arquitetura jesuítica a partir da relação entre tipologia, morfologia e a paisagem da antiga Igreja de São Tiago e seu colégio anexo (DIAS, 2014). A tese, por sua vez, investiga a identidade indígena forjada a partir de revoltas e resistências no sul da capitania do Espírito Santo durante o século XVIII (BOURGUIGNON, 2018). Assim, entendemos que a área de História tem desenvolvido algumas reflexões sobre a ação dos jesuítas no Espírito Santo sem considerar sua ação educativa como objeto de pesquisa.

O fato de não termos encontrado pesquisas sobre a educação jesuítica no Espírito Santo na base de dados do PPGE-Ufes causa-nos estranheza e, intrigados com esta questão, procuramos compreender a produção acadêmico-científica sobre história da educação colonial no Espírito Santo. Em primeiro lugar, é importante salientar o fato de que as pesquisas sobre este campo epistemológico têm se desenvolvido e se consolidado a partir da criação de programas de pós-graduação. Este é o caso do Espírito Santo, que possui apenas uma

universidade pública onde são realizadas a maioria dessas pesquisas, notadamente no PPGE-Ufes, no PPGHIS-Ufes e no Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF-Ufes) (SIMÕES; BERTO; SALIM, 2018). Logo, apesar da crescente produção e circulação das pesquisas referentes ao campo, não há uma grande rede de instituições dedicadas a elas. A maior parte dos pesquisadores é vinculada ao Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe), institucionalizado em 2011 e responsável, desde então, pela produção da maioria dos trabalhos sobre história da educação local (SIMÕES; BERTO; SALIM, 2018).

Em linhas gerais, a produção do Nucaphe, assim como a dos demais centros de pesquisa apontados anteriormente, expressa um movimento recente de expansão e diversificação da historiografia da educação no Espírito Santo. Por outro lado, revela também importantes lacunas quanto à abrangência e a diversificação dos objetos estudados e da temporalidade recortada. Dentre essas lacunas, destacamos a ausência de pesquisas sobre a educação jesuítica em terra capixaba. No que diz respeito aos cinco trabalhos que mencionam os jesuítas, ao analisarmos o currículo dos professores orientadores, constatamos que os trabalhos desenvolvidos por eles não possuem relação direta com este tema, mas com o objeto de pesquisa de seus orientandos.

Como passo seguinte ao levantamento de estudos locais, procuramos identificar o que os pesquisadores têm debatido sobre a história da educação jesuítica em outros centros acadêmicos nacionais. Encontramos sete dissertações e sete teses que trazem a expressão educação ou pedagogia jesuítica no título. Praticamente todas foram produzidas em cinco universidades paulistas, a saber: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com três teses e duas dissertações; Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com duas dissertações e uma tese; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), com duas dissertações e uma tese; Universidade Estadual Paulista (Unesp) com uma tese; e a Universidade de São Paulo (USP) com uma dissertação, totalizando treze trabalhos. A exceção fica por conta da Universidade Federal do Ceará (UFC), a única, fora do circuito paulista, em que encontramos uma dissertação com o descritor *educação jesuítica* no título.

Os catorze trabalhos foram elaborados entre 1993 e 2017: dois realizados na década de 1990; oito, nos anos 2000; e quatro, até 2017. O interesse dos pesquisadores pela educação jesuítica parece ter aumentado a partir da virada do milênio e ter diminuído novamente na década seguinte. É provável que as comemorações e os protestos em torno dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil tenham motivado reflexões sobre a colonização e os seus

efeitos ao longo desses anos, especialmente sobre as populações indígenas e, conseqüentemente, sobre aqueles que, no passado, foram responsáveis pela “salvação de suas almas” e por apresentar-lhes a “civilização”. Certo é que a ação da Companhia de Jesus em solo brasileiro tem sido motivo de debate, e mesmo hoje, apesar de espaçadas no tempo, não demonstra esgotamento e ainda tem suscitado o interesse dos pesquisadores.

A aparente centralização das pesquisas sobre educação jesuítica nas universidades paulistas também nos levou a interrogar, por meio do Currículo Lattes, a produção acadêmico-científica dos professores que se destacaram em nosso levantamento. Constatamos que o tema em questão configura em um dos objetos de interesse de seu trabalho investigativo. Não pretendemos com isso responder à questão e considerá-la encerrada, uma vez que a formação e a produção dos professores constituem apenas um fio de uma tapeçaria (GINZBURG, 2007a) que necessitaria de uma investigação mais profunda, mas que, no momento, pode contribuir para a problematização da questão e para a construção de nosso argumento.

Dos treze trabalhos produzidos por estudantes de pós-graduação das cinco universidades paulistas – Unicamp, UFSCar, PUC, USP e Unesp –, seis foram orientados pelos professores citados. Analisando a produção científica dos três docentes, constatamos o interesse pela educação jesuítica e pela educação indígena – temas que se relacionam ao longo da história da educação brasileira. Dessa forma, entendemos que o desenvolvimento de pesquisas de pós-graduação sobre educação jesuítica nas universidades paulistas, especialmente, na Unicamp, na UFSCar e na PUC estão vinculadas ao trabalho desenvolvido pelos professores orientadores. O diferencial encontra-se no fato de eles apresentarem uma longa, variada e consolidada trajetória de pesquisas sobre o tema, atraindo e servindo de referência aos pesquisadores iniciantes que desejam seguir o mesmo caminho.

A inquirição das teses e dissertações sobre educação jesuítica no Espírito Santo e no Brasil demonstrou o uso de determinados tipos de fontes por parte dos pesquisadores, como cartas, documentos estatais ou da Companhia de Jesus, relatos de viajantes e de populações locais, testamentos, biografias, compêndios, tratados e monumentos. Dessas, as cartas jesuíticas são as mais utilizadas, aparecendo em pelo menos treze dos dezenove trabalhos que analisamos. Por isso, dedicaremos nossa atenção a elas a partir de agora, pois é a partir desta série de documentos que pretendemos identificar as singularidades do Espírito Santo.

## Operação historiográfica

Para responder às questões que balizam este trabalho, utilizaremos principalmente os aportes teóricos e metodológicos da micro-história italiana proposta por Ginzburg (2002; 2007a; 2007b), pois

[...] as pesquisas micro-históricas italianas examinaram tanto temas de importância reconhecida, ou dada como evidente, quanto temas antes ignorados ou relegados a âmbitos considerados inferiores, como a história local. O que unifica programaticamente todas essas pesquisas é a insistência no contexto, ou seja, exatamente o contrário da contemplação isolada do fragmento [...] (GINZBURG, 2007b, p. 276).

Como a história do Espírito Santo há tempos vem sendo relegada pela historiografia nacional, assim como a história da educação colonial do estado pela historiografia capixaba, como atesta a análise bibliográfica, consideramos o referencial em questão adequado para pensar a educação jesuítica em âmbito local, estabelecendo os seus possíveis nexos com a ação educacional dos jesuítas em outras partes do território brasileiro. Com isso, abrem-se outras possibilidades de compreensão de temas conhecidos, como a catequização dos indígenas, a instrução dos colonos e a educação ministrada em colégios jesuíticos. Acrescentem-se a isso as menções rarefeitas na documentação acerca da ação educacional dos jesuítas na capitania do Espírito Santo e a possibilidade de enveredar não somente pelo que era comum ao trabalho dos padres inicianos, mas por “anomalias”<sup>4</sup> (GINZBURG, 2007b) que porventura venham surgir no processo de investigação do *corpus documental*.

A leitura crítica oriunda do cruzamento das fontes – hoje sabido ser necessária em qualquer pesquisa historiográfica – e sua inserção em um contexto documental mais amplo retomam as reflexões de Marc Bloch, em *Apologia da história: ou o ofício do historiador*, em que ele afirma:

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza [...] (BLOCH, 2001, p. 80).

O embasamento na micro-história italiana permite-nos evidenciar o que geralmente é negligenciado – neste caso a história da educação jesuítica no Espírito Santo – e de conceber

<sup>4</sup> Para Ginzburg (2007b, p. 303-304), “[...] A violação da norma contém em si (na medida em que a pressupõe) a própria norma, mas o inverso não é verdadeiro. Quem estuda o funcionamento de uma sociedade partindo do conjunto de suas normas, ou de ficções estatísticas como o homem mediano ou a mulher mediana, permanece inevitavelmente na superfície. Creio que a análise intensiva de um caso anômalo (a contemplação da bizarrice isolada não me interessa) é infinitamente mais frutífera”.



o diálogo entre o singular e o geral – a educação jesuítica no Espírito Santo e a prática educacional comum da Companhia de Jesus. Permite-nos também operar no cruzamento de um conjunto documental amplo, que congrega fontes variadas, como cartas, relato de viajantes, orientações teológicas e educacionais, regimentos, dentre outros.

O paradigma indiciário (GINZBURG, 2007a) tende a contemplar tanto a nossa intenção como a realidade da pesquisa, na medida em que sustentada por uma documentação que, apesar de vasta e variada, mostra-se frequentemente fragmentada, pois pouco diz diretamente sobre a história da educação jesuítica no Espírito Santo.

Lançaremos mão, portanto, deste conhecimento indireto, indiciário, e se necessário conjectural, para interrogar o *corpus documental* da pesquisa, tomado como fragmentos de uma “realidade opaca”, que decifraremos por meio dos “sinais”, “indícios” ou “zonas privilegiadas” (GINZBURG, 2007a, p. 177). No caso do paradigma indiciário, as “pistas” visam os “pormenores mais negligenciáveis”, a “[...] captar uma realidade mais profunda de outra forma inatingível [...]” (GINZBURG, 2007a, p. 150).

A partir do exposto, interrogamos: como encontrar as “zonas privilegiadas” em uma documentação fragmentada, na qual o Espírito Santo colonial não é o protagonista, muito menos a educação difundida no período? É por meio da análise interna e do *hors-texte*<sup>5</sup> (GINZBURG, 2002) que seguiremos os “rastros” deixados pelos cronistas que as produziram, pois assim torna-se possível identificar as “fendas” nos textos escritos pelos padres da Companhia de Jesus, pelos viajantes que passaram pelo Espírito Santo ou por qualquer outra fonte que possa fazer emergir “vozes dissonantes” sobre o projeto educacional dos jesuítas em terras capixabas, semelhante à identificada por Ginzburg (2002) em uma nota de rodapé presente na crônica escrita pelo jesuíta francês Le Gobien, sobre uma revolta indígena nas ilhas Marianas. O autor percebeu a disparidade entre a narrativa usada pelo cronista no comentário e a que caracterizou o restante do relato, concluindo ser a primeira oriunda de um lugar fora do texto.

Isso leva-nos a refletir sobre o lugar de poder ocupado por aqueles que registraram os acontecimentos presentes na documentação – membros da Companhia de Jesus ou de outras ordens e setores da Igreja, pessoas a serviço do Estado português, cronistas pertencentes a variados estratos sociais, com diferenças na formação intelectual e religiosa. Ou seja, ao utilizar as cartas jesuíticas, os relatos de viajantes ou qualquer outro documento escrito na

---

<sup>5</sup> Para Ginzburg (2002, p. 42), é “[...] o que está fora do texto, mas também dentro dele, abriga-se entre as suas dobras: é preciso descobri-lo e fazê-lo falar”.



segunda metade do século XVI, encontraremos o ponto de vista do europeu cristão, etnocêntrico e colonizador, que deixou deliberadamente nos testemunhos que emergiram do encontro entre dois mundos as marcas de sua civilização. Daí a recorrência na bibliografia analisada, por exemplo, do lamento dos jesuítas ao retorno dos indígenas evangelizados às suas antigas crenças ou do estranhamento acompanhado de censura de práticas culturais indígenas, como a antropofagia e a nudez. Isto significa que não basta identificar as “fendas” e as “dobras” dos textos. É preciso também os ler às avessas, analisá-los contra as intenções de quem os produziu, pois somente “[...] dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irreduzível a elas” (GINZBURG, 2002, p. 43).

Todos esses testemunhos voluntários e parciais que tendem exacerbar a cultura do colonizador e obscurecer a do indígena podem ser mais interessantes se for considerado, como Bloch (2001, p. 78), menos as informações que expressam abertamente e mais aquilo que nos deixam “[...] entender, sem haver pretendido dizê-lo [...]”.

### **Indícios de invisibilização do Espírito Santo na historiografia**

Entre as correspondências presentes nas quatro coletâneas aqui analisadas - *Cartas do Brasil 1549-1560* (NÓBREGA, 1931a; 1931b; 1931c), *Cartas Avulsas 1550-1568* (1931), *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões* (ANCHIETA, 1933) e *As novas cartas jesuíticas: de Nóbrega a Vieira* (LEITE, 1940) – 61 referem-se a cartas enviadas da Bahia. Esse fato não nos é estranho, já que Anchieta assim se referia ao colégio jesuítico e a esta Capitania em 1584:

Este colégio foi o segundo da Companhia no Brasil, e como a cidade da Baía teve grandes aumentos nos engenhos de assucar e fazendas e muito trato de Portugueses, e como é o assento dos Governadores e Bispos, assim ele também cresceu muito, porque todos os Irmãos que eram mandados de Portugal vinham a ele e prosseguiu seu estudo muito de propósito, abrindo-se escolas para todos os de fora (ANCHIETA, 1933 p. 325).

Afinal de contas, Salvador foi a primeira capital do Brasil criada com a chegada do primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, em 1549. Inicialmente, representou um polo administrativo, abrigando altos cargos da administração colonial, como ouvidor, capitão-mor e provedor-mor. Além de sede do Governo-Geral, também sediou o primeiro bispado ainda sujeito ao arcebispado de Lisboa. Viviam nela cerca de 14 mil habitantes em 1558 e, por algum tempo, foi a cidade mais importante do Brasil (FAUSTO, 2007). No plano econômico,

a Bahia se destacou como a maior produtora e exportadora de tabaco e juntamente com Pernambuco constituiu-se no maior centro açucareiro da colônia, contando com 36 engenhos em 1584 (CONDE, 2011). Desse modo, do ponto de vista econômico, populacional, político e administrativo, na segunda metade do século XVI a capitania da Bahia se destacava em relação às demais, inclusive no que se refere à Companhia de Jesus, cujo colégio, a princípio, subordinava as demais casas jesuíticas da colônia e, posteriormente, as de Porto Seguro e Ilhéus, funcionando também como polo de convergência e distribuição dos membros da ordem (ANCHIETA, 1933). Provavelmente por isso, “[...] dali, partiram os Padres para S. Vicente, Pernambuco, Espírito Santo, Porto Seguro, Ilhéus, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, etc. [...]” (LEITE, 2000, p. 303).

O que nos provoca estranhamento é o fato de as coletâneas apresentarem 44 cartas enviadas da capitania de São Vicente, já que “[...] Ao começar o Colégio de São Paulo de Piratininga, não existiam artes nem livros, pelo menos para todos. Via-se obrigado Anchieta a escrever os indispensáveis apontamentos e a distribuí-los pelos alunos” (LEITE, 2006b, p. 542), tamanha era a escassez observada pelo padre Serafim Leite ao se referir a este colégio e a outros que já existiam na colônia. Esta escassez não atingia apenas os jesuítas, mas toda a Capitania no Quinhentos. Assim como no restante do território, a sua colonização começou pelo litoral, com plantio de cana e construção de engenho, mas a atividade não se desenvolveu devido à concorrência do açúcar produzido no Nordeste. Dessa forma, a região paulista era caracterizada pela incipiente produção agrícola voltada para exportação, pois não existiam engenhos, havia escassez de moeda e frequente troca de mercadorias nas relações comerciais. Plantavam-se trigo, algodão e uva para subsistência ou para o mercado interno. Por outro lado, existia grande quantidade de indígenas no entorno, o que contribuiu para o desenvolvimento das bandeiras. A população também era escassa, com menos de 2 mil pessoas em 1600 (FAUSTO, 2007).

O Espírito Santo, por sua vez, assemelhava-se mais a São Vicente do que à Bahia e Pernambuco, pois possuía uma economia diversificada e voltada para o mercado interno, produzindo gado, algodão, mandioca e extraindo pau-brasil e pescado. Sua população, em 1585, equivalia a pouco mais de mil habitantes. A diferença, no entanto, encontrava-se no fato de possuir seis engenhos em 1584, enquanto São Vicente não possuía nenhum; Rio de Janeiro possuía três; Ilhéus, três e Porto Seguro, um (CONDE, 2011).

Isto significa que, na segunda metade do século XVI, a produção açucareira do Espírito Santo ficava atrás apenas de Pernambuco e Bahia, que concentravam quase todos os engenhos existentes na colônia. Enfatizamos este aspecto da economia colonial em virtude da ideia corrente na época de que o sucesso ou o fracasso de uma capitania estava relacionada à quantidade de engenho que possuísse, fator que também era responsável pela atração e permanência de colonos (CONDE, 2011). Paiva (2011) reitera tal argumento, afirmando que, no Brasil, o eixo social, antes associado à Corte, aos poucos transferiu-se para o grupo formado pelos senhores de engenho e pelos capitães da terra, isto é, aqueles que produziam para a exportação. Do ponto de vista econômico, a capitania do Espírito Santo prosperava em fins do XVI e inícios do XVII, e apesar dos problemas relacionados às sucessões da donataria e à resistência indígena, o futuro se mostrava promissor.

A presença dos jesuítas, no Espírito Santo, desde 1551, foi marcante. Com uma rede composta pelo colégio, igrejas, residências, aldeias, engenhos e fazendas em várias regiões da Capitania, influenciaram a vida local por meio do ensino, da religião, da economia e do empenho em preservar a cultura portuguesa. Apesar de São Tiago ter sido elevado à categoria de colégio apenas em 1654 e de estar subordinado ao do Rio de Janeiro até esta data, sua construção foi uma das primeiras do Brasil, iniciada pelo padre Affonso Braz em 1551.

No século XVI, os jesuítas fundaram a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição (1556), a aldeia de São João (1562) e a Aldeia dos Reis Magos (1569), todas no atual município de Serra. Ainda em 1554, criaram a Aldeia Velha de Santa Cruz, atual Aracruz, a Aldeia de Nossa Senhora da Assunção, em Reritiba (1565 ou 67), atual Anchieta, e por fim a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari (1585 ou 87), atual município de Guarapari (CARVALHO, 1982).

Para auxiliar a manutenção do colégio, a Companhia de Jesus criou as fazendas de Muribeca, atual Itapemirim, para a criação de gado; Araçatiba, que compreendia territórios dos atuais municípios de Vila Velha e Cariacica, destinada à criação de gado, produção de açúcar e de cereais, chegando a contar com 852 trabalhadores entre negros escravizados e indígenas; Itapoca, nos atuais municípios de Viana e Cariacica, produtora de hortaliças; e Carapina, onde foi desenvolvida a policultura (BALESTRERO, 1979).

Diante do exposto, entendemos que a capitania do Espírito Santo, na segunda metade do século XVI, se não era a mais desenvolvida economicamente e nem era o centro político da Colônia, também não estava abandonada, como alguns relatos da época, seguidos pela

historiografia capixaba, costumam afirmar (NOVAES, s.d; FREIRE, 2006; OLIVEIRA, 2008; DAEMON, 2010). Sujeitos partícipes do processo de colonização do Espírito Santo, como acabamos de atestar, os jesuítas atuaram ativamente em várias instâncias, deixando vestígios de suas ações registrados em ruínas, nos achados arqueológicos, na arquitetura das igrejas que ainda resistem ao tempo, inclusive no complexo de São Tiago, hoje sede do Governo do Estado, e nos textos, dentre os quais, as cartas que constituem o corpus documental deste trabalho. Assim, ao ponderarmos sobre as quatro coletâneas que as reuniram, interrogamos por que em meio às 143 cartas, apenas 12 se referem ao Espírito Santo, enquanto 61 à Bahia e 44 a São Vicente, que no período compreendido entre 1549 a 1594, não chegava perto da sombra que é hoje. Por isso, indagamos: por que os organizadores das coletâneas privilegiaram as correspondências escritas na capitania de São Vicente e negligenciavam as produzidas no Espírito Santo?

Talvez o historiador Capistrano de Abreu possa nos oferecer a primeira pista para tentarmos compreender tal escolha. Em seu livro *Capítulos de história colonial 1500-1800*, publicado pela primeira vez em 1907, o autor ao analisar o início da colonização afirma: “A história do Brasil no século XVI elaborou-se em trechos exíguos de Itamaracá, Pernambuco, Bahia, Santo Amaro e S. Vicente, situados nestas cento e noventa e cinco léguas de litoral” (ABREU, 1998, p. 52), ou seja, das 735 léguas de litoral demarcado para as capitanias, 540 “[...] representam uma formação secundária na história pátria” (ABREU, 1998, p. 51), nas palavras do historiador e professor de História do Brasil do Colégio Pedro II. E não acaba aí: “Outros pontos, como Vitória, Porto Seguro, Ilhéus, esperaram ou estão esperando as vias férreas” (ABREU, 1998, p. 52). Para Capistrano de Abreu, a história do Brasil no século XVI restringia-se a Pernambuco, Bahia e São Vicente – por coincidência ou não, os locais de origem da maior quantidade de cartas presentes nas coletâneas analisadas, com exceção de Pernambuco. Espírito Santo e as demais capitanias terminantemente não estavam no mapa da colonização.

Outra pista nos é fornecida pelos historiadores paulistas da primeira metade do século XX, como afirma Fausto (2007, p. 96):

A figura do bandeirante e a qualidade da sociedade paulista do século XVII foram exaltadas principalmente por historiadores de São Paulo Alfredo Ellis Jr. E Afonso Taunay, que escreveram suas obras entre 1920 e 1950. Ellis Jr. escreveu um livro intitulado *Raças de Gigantes* para exaltar a superioridade racial dos paulistas. Essa superioridade derivaria da existência, em número ponderável de uma população

branca, do êxito do cruzamento com o índio e da tardia entrada do negro na região. Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas.

Além do pioneirismo de São Vicente na colonização do Brasil, a história desta capitania ainda foi marcada pelo domínio dos paulistas, responsáveis pelo desbravamento dos sertões e a consequente ampliação das terras de Sua Majestade, pela luta contra revoltas indígenas e quilombolas, bem como pelo descobrimento de metais preciosos em fins do Seiscentos. Ellis Jr. e Taunay, de acordo com Fausto (2007, p. 96), também

[...] acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social. A origem burguesa ou plebéia dos brancos que povoaram a região, a mestiçagem com as índias, a pequena propriedade, a administração popular, as bandeiras abertas a gente de qualquer condição teriam sido os principais elementos componentes do organismo democrático.

Interpretações como as dos dois autores atravessaram o século XX e ainda ressoam em produções historiográficas do XXI. A exaltação da capitania de São Vicente, especialmente dos bandeirantes paulistas, apesar de problematizadas atualmente, está presente em monumentos, parques, nomes de ruas, nas paredes de museus e em outros veículos de comunicação, como livros didáticos de história.

### **Rastros da educação em cartas jesuíticas do Espírito Santo**

O *fac-símile* das *Cartas do Brasil 1549-1560*, a primeira de quatro coletâneas que reúnem cartas escritas pelos jesuítas entre 1549 e 1594, traz a assinatura do padre Manuel da Nóbrega utilizada em duas cartas: uma enviada de Olinda em 14 de setembro de 1551 e outra enviada da Bahia em 5 de julho de 1559. As duas são o prelúdio da problematização que pretendemos desenvolver: por que Pernambuco e Bahia? Por que não o Espírito Santo? Afinal de contas, o padre Manuel da Nóbrega esteve em terra capixaba em algumas ocasiões, mas por que na coletânea em questão não há uma só carta endereçada ao Espírito Santo ou enviada deste local pelo provincial da Companhia no Brasil?

Na carta escrita por Nóbrega a Thomé de Sousa cuja assinatura, local e data coincidem com as do *fac-símile*, a capitania do Espírito Santo é mencionada para informar ao ex-governador geral sobre o comércio de escravos praticado entre os próprios indígenas:

Outro peccado nasce também d'esta infernal raiz, que foi ensinar os Christãos aos Gentios a furtarem-se a si mesmos e venderem-se por escravos. Este costume, mais

que em nenhuma capitania, achei no Espirito Santo, capitania de Vasco Fernandes, e por haver alli mais disto se tinha por melhor capitania (NÓBREGA, 1931b, p. 197).

Informava também sobre os conflitos entre estes e os colonos:

A capitania do Espirito Santo, onde mais reinava a iniquidade dos Christãos e onde os índios estavam mais travados entre si com guerras, porque vissem que sua esperança que tinham nos índios estarem diferentes não era boa, permittiu Nosso Senhor que se destruísse por guerra dos índios, morrendo nella os principaes, como foi D. Jorge e D. Simão e outros, e todos perderem com isso suas fazendas; e a terra, depois que de novo se tornou a povoar [...] (NÓBREGA, 1931b, p. 199).

Em outra carta enviada de São Vicente, em 1560, ao Infante Cardeal D. Henrique, o padre Nóbrega relata a passagem de uma esquadra pelo Espírito Santo a caminho do Rio de Janeiro, destacando as dificuldades enfrentadas por seus moradores:

E partiu, visitando algumas capitanias da costa até chegar ao Espirito Santo, capitania de Vasco Fernandes Coutinho, onde achou uma pouca de gente, em grande perigo de serem comidos dos índios e tomados dos Francezes, os quaes todos pediram que, ou tomasse a terra por El-Rei ou os levasse d'alli, por não poderem já mais sustentar, e o mesmo requeria Vasco Fernandes Coutinho por suas cartas ao Governador [...] (NÓBREGA, 1931c, p. 223).

A única menção que se aproxima das atividades educacionais dos jesuítas desenvolvidas no Espírito Santo está presente em uma carta enviada ao provincial de Portugal em 1552, na qual Nóbrega afirma que o padre “[...] Affonso Braz tem cuidado do Espirito Santo, tem grande collegio, manda-me pedir meninos para o principiar [...]” (NÓBREGA, 1931a, p. 131). Na verdade, o “grande collegio” nas palavras de Affonso Braz, após a páscoa de 1551, era

[...] uma pobre casa para nos podermos recolher nella. Ella está já coberta de palha, e sem paredes. Trabalharei que se edifique aqui uma ermida junto delia em um sitio mui bom, em a qual possamos dizer missa, confessar, fazer a doutrina e outras cousas semelhantes (BRAZ, 1931 p. 87).

Com base no relato do padre Braz, podemos supor, haja vista a falta de informações, que em 1552 a situação da “pobre casa”<sup>66</sup> não havia mudado ou havia mudado pouco, dado o breve intervalo de tempo entre uma carta e outra e pelo fato de a Companhia de Jesus no Espírito Santo ser formada, nesse momento, apenas pelo irmão José de Paiva e pelo próprio

<sup>66</sup> Provavelmente, este não foi o local definitivo do Colégio de São Tiago. Sobre a construção da nova igreja em 1573, Carvalho (1982, p. 49) afirma que “Em cinco meses se fez a Igreja. Aquela que seria a definitiva, em lugar melhor, mais elevado, com vista para o mar, a cavaleiro, no penhasco a sudoeste da ilha, defronte à baía, ao lado da qual se ergueria, a partir de então, o “novo edificio do Colégio”, gradativamente, até quase a época da expulsão”.

padre Affonso Braz. O fragmento também sugere o grau de importância das atividades a serem desenvolvidas pela Ordem na casa recém-construída. Nele, a instrução, por exemplo, não é citada. Contudo, ainda em 1552, ao passar pelo Espírito Santo a caminho de São Vicente, o padre Manuel Paiva decidiu permanecer algum tempo na Capitania, pois não havia encontrado sacerdotes no local<sup>7</sup> e junto a três meninos que o acompanhavam iniciou as atividades do futuro Colégio de São Tiago.

Das 21 missivas escritas por Manuel da Nóbrega e reunidas nas *Cartas do Brasil*, nenhuma foi enviada ou destinada ao Espírito Santo, cabendo a este uma ligeira menção de fatos ocorridos na época. A ação educacional dos jesuítas se restringe a um fragmento que menciona vagamente a casa que iniciou a história da Companhia de Jesus na Capitania. Por outro lado, 13 cartas tiveram a Bahia como ponto de partida, 3 foram emitidas de São Vicente, 3 de Pernambuco, 1 de Porto Seguro, e 1 de São Paulo de Piratininga.

As *Cartas Avulsas 1550-1568*, a segunda das coletâneas mencionadas e a que possui maior quantidade de cartas relacionadas à capitania de Vasco Fernandes Coutinho, apresenta 63 correspondências, das quais 35 foram enviadas da Bahia, 10 de São Vicente, 7 do Espírito Santo, 4 de Pernambuco, 2 de Porto Seguro, 2 de Ilhéus e 3 sem remetente. Mas se engana quem pensa encontrar nessas cartas relatos abundantes sobre ensino, instrução, materiais pedagógicos, sobre o colégio, seus professores e estudantes. As informações são poucas e fragmentadas, orbitando, entre uma variedade de temas, ao redor do que nos parece ser a razão principal de sua escrita: a doutrinação religiosa e a conduta moral dos colonizadores e dos indígenas. Dentre os assuntos recorrentes, talvez os mais comuns fossem a salvação das almas dos indígenas por meio da catequese e do batismo e os pecados cometidos pelos habitantes da Colônia, inclusive por muitos padres que aqui viviam:

Este *Corpus Christi* fizemos um batismo dos índios com suas mulheres, e casando-os juntamente com ellas; fez-lhe Azeredo uma grande festa e banquete. Entre elles era um que já era christão, que se chama Gaspar, o qual foi baptisado pelo padre Francisco Pires, quando aqui estava; outro se chama Matanim, com sua mulher que tem também dado mui boas mostras, segundo saberão pelo padre Francisco Pires, que o conhece muito bem e é grande amigo seu [...] (SÁ, 1559, p. 216).

---

<sup>7</sup> De acordo com Serafim Leite, “Não havia pároco na terra, nem existiu durante algum tempo outra igreja na vila da Vitória senão a dos jesuítas [...]” (Leite, 2006a, p. 215).



Apesar de poucas e seus textos tratarem de questões religiosas e assuntos gerais sobre o Espírito Santo, algumas vezes as correspondências jesuíticas se mostram reveladoras, como atesta uma carta anônima provavelmente escrita em 1559<sup>8</sup>:

*Praeterea* sucedeu-nos a uma hora depois de meia-noite por-se o fogo na escola, e d'ali na casa dos meninos, porquanto está junta, e assim ardeu uma e outra e começou pelas nossas, mas como estão cobertas de telha tivemos defensão de ir mais (?) fogo, mas comtudo nos ardeu uma que estava coberta de palma. Demos graças a nosso Senhor quando das casas dos meninos se sahiu Francisco Vaz, seu curador, porque estava entevado e muito doente (CARTA ESCRITA DO ESPIRITO SEM NOME DE AUTOR NEM DATA, p. 210).

No final da década de 1550, a tapera erguida por Affonso Braz tinha dado lugar a um edifício coberto de telhas e com espaços organizados e definidos de acordo com suas funções, inclusive as educacionais, isto é, a partir do relato de um incêndio, podemos averiguar que a residência possuía uma “escola”, uma “casa dos meninos”, a casa dos padres e certamente uma igreja, já que a primeira construção jesuítica do Espírito Santo foi erguida para os membros da Ordem se abrigarem e para “[...] dizer missa, confessar, fazer a doutrina e outras cousas semelhantes” (BRAZ, 1931 p. 87). Conforme pesquisa realizada por Carvalho (1982, p. 43),

[...] os dados retirados das cartas dos jesuítas nos fazem crer que, no final da primeira década de sua chegada ao Brasil, os padres da Companhia possuíam, em Vitória, um edifício disposto em quadra, nos moldes do que se situava no monte calvário, na Bahia, descrito por Nóbrega dois anos antes.

Em outra carta escrita pelo padre Francisco Pires em 1558, identificamos em um pequeno trecho indícios de práticas e conhecimentos ensinados às crianças indígenas nas aldeias, que iam além da doutrinação religiosa, apesar de ambos caminharem juntos, ou melhor, a doutrinação parece sempre seguir à frente:

[...] Vendo o Padre quanta falta de Fé e acrescentamento de maus e torpes costumes falta de doutrina em os principios, pareceu-lhe bem tomar cargo dos meninos e escola, dos quaes agora é mestre e os ensina com muita caridade, não tão somente a ler, mas, o que é mais e melhor é para sua salvação, ensinando-lhes o caminho do eterno fim glorioso para que foram creados, *scilicet*: o Padre Nosso, o Credo, etc, por modo de dialogo, e não tão somente aos meninos, que vêm cada dia a uma certa hora á egreja, para a qual hora se tange o sino [...] (PIRES, 1931, p. 196-197).

No trecho acima encontramos pistas do ensino da leitura e das orações, bem como o diálogo como método, o local onde os “meninos” eram reunidos e a marcação do tempo pelo

<sup>8</sup> Em nota, Peixoto (1931, p. 207), organizador da coletânea, informa que esta carta acompanhava a de Nóbrega, de 5 de julho de 1559.

som proporcionado pelo badalo do sino. Tais elementos, associados ao trabalho desenvolvido na casa de São Tiago, guardadas as devidas proporções, sugerem o nascedouro de uma educação escolar no primeiro século de colonização portuguesa no Espírito Santo, voltada principalmente à doutrinação religiosa, mas que pressupunha a aquisição de conhecimentos instrucionais intelectuais.

Já nas *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões 1554-1594*, do padre José de Anchieta, identificamos 4 cartas escritas no Espírito Santo. Dentre as suas peculiaridades, a ênfase dada às questões da fé nos chamou atenção, bem como o tamanho diminuto dos textos, tendo uma delas menos de meia página. Pouco é dito sobre o trabalho educacional realizado pelos membros da Companhia, a não ser quando este é posto a serviço de Deus, como na carta escrita em 1587 ao irmão Francisco de Escalante: “[...] Guarde-se que nem leves suspeitas lhe toquem da alma este conhecimento; tracem outros, ou digam o que quiserem; V. se persuada que nesse Colegio não está pera outra cousa senão pera alcançar de Deus sua salvação [...]” (ANCHIETA, 1933, p. 275). Mas em outro relato também de 1585, Anchieta abandona o laconismo em relação às questões seculares e apresenta um panorama que nos permite compreender o desenvolvimento e a dinâmica da casa que ascendeu à categoria de colégio em 1654:

Aquí temos uma casa onde residem de ordinário oito, cinco Padres e três Irmãos. O sítio não é muito sadio nem aprazível por estar em lugar baixo; tem oito câmaras assobradadas e oficinas bem acomodadas; a igreja é nova, mui capaz para a terra e bem ornada; tem também uma cerquilha com algumas árvores de fruto, como laranjas, limas doces, limões e outros frutos. Suas ocupações são: pregar, confessar, ensinar os meninos a ler e escrever, exercitar os mais ministérios do nosso Instituto com os Portugueses, escravos e índios da terra, que são muitos e os mais domésticos da costa e ali são bem recebidos e fazem muito fruto [...] (ANCHIETA, 1933, p. 419).

Trinta e quatro anos após a chegada do padre Affonso Braz e do irmão José de Paiva ao Espírito Santo, os rastros deixados pelos membros da Companhia de Jesus nas cartas que escreveram para se comunicar entre si ou com as autoridades portuguesas nos possibilitou compreender o início do processo que estruturou a realização de sua atividade missionária, intimamente ligada à educação dos habitantes da Capitania, ou se preferir, em simbiose, conforme o termo usado por Saviani (2008). Nesse sentido, a reconstituição da residência que deu origem ao colégio, mesmo de forma lacunar, mostrou-se reveladora da organização espacial, dos sujeitos envolvidos, de práticas doutrinárias e da manutenção da escola de ler e escrever destinada aos “meninos”, um indício da permanência do plano de instrução

elaborado pelo padre Nóbrega, que seria substituído, segundo Saviani (2008), pelo *Ratio Studiorum*, um programa de ensino de caráter universalista e elitista. Em 1585, conforme o documento (ANCHIETA, 1933), a Companhia de Jesus contava com oito membros permanentes, que desenvolviam dentro e fora de sua residência, atividades religiosas e/ou instrucionais dirigidas não apenas a meninos órfãos ou indígenas, mas a um estrato mais amplo da sociedade local formado por portugueses, escravos e índios<sup>9</sup>. São Tiago já não era aquela “pobre casa [...] coberta de palha, e sem paredes” (BRAZ, 1931, p. 87) dos primeiros tempos, pois possuía boa estrutura composta por “oito câmaras assobradadas” para recolhimento dos padres e irmãos, oficinas, igreja, pomar e se consideramos a carta anônima, casa e escola dos meninos.

Além das 4 cartas escritas no Espírito Santo, a coletânea expõe 10 missivas enviadas de Piratininga, 8 de São Vicente, 3 da Bahia, 1 do Rio de Janeiro e 2 sem endereço, totalizando 28 correspondências. Por fim, *As novas cartas jesuíticas: de Nóbrega a Vieira* reúne 33 cartas, sendo 11 escritas em São Vicente, 10 na Bahia, 4 no Maranhão, 3 no Rio das Amazonas, 1 em Piratininga, Pernambuco e no Espírito Santo, e 1 sem a indicação do local.

Somando-se as correspondências presentes nas quatro coletâneas, a Bahia se caracteriza como o lugar de maior produção de cartas por parte dos jesuítas, com 61 unidades. Em seguida, São Vicente com 32, e Espírito Santo e Piratininga com 12 cada. Porém, se considerarmos São Vicente e Piratininga como partes da mesma capitania, na verdade, 44 missivas foram escritas neste local. Pernambuco aparece com 8, Porto Seguro com 3, Ilhéus com 2, e 6 sem endereço, totalizando 136 missivas emitidas entre 1549 e 1594. Maranhão e Rio das Amazonas entram no circuito a partir do século XVII com respectivamente 4 e 3 cartas escritas por Padre Antônio Vieira. Entendemos que a quantidade de cartas reunidas nas quatro coletâneas são indícios que revelam mais do que a ação dos jesuítas na segunda metade do século XVI. Dão-nos pistas do processo de invisibilização da história e da história da educação do Espírito Santo diante da historiografia nacional.

### Considerações finais

---

<sup>9</sup> Anchieta não especifica quem eram os escravos, se eram indígenas ou africanos, se pertenciam aos colonizadores ou à própria Companhia. Porém, o trabalho evangelizador realizado pelos jesuítas abrangia a todos, independente do *status* social ou do local onde habitavam, o que levava sua ação missionária a ser realizada tanto em aldeias, como em fazendas e engenhos (LEITE, 2006b).

Ao investigarmos a presença dos jesuítas na historiografia da educação capixaba, focalizando a presença de narrativas sobre a educação na capitania do Espírito Santo em cartas escritas pelos padres jesuítas entre 1551 e 1594, a priori, inventariamos estudos realizados em programas de Pós-graduação local e nacional, o que indicou o circuito paulista como irradiador das pesquisas sobre o tema, as Cartas jesuíticas como fonte preferencial e predominante das investigações, e o pouco investimento em pesquisas que focalizem questões educacionais, sobretudo nos programas capixabas.

A leitura cruzada de pesquisas relativas à educação jesuítica no Brasil e no Espírito Santo e das fontes privilegiadas nesse estudo, com base no método indiciário (GINZBURG, 2007a; 2007b), apontou para: a) o pouco investimento dos estudos nas questões educacionais, especialmente no Espírito Santo; b) o número ínfimo de Cartas jesuíticas partindo ou endereçadas ao Espírito Santo, em comparação a São Vicente, Pernambuco e Bahia; c) a invisibilização do Espírito Santo nas Cartas jesuíticas, em particular, e na historiografia da Educação, de modo geral; e d) os primórdios das atividades educacionais dos jesuítas, caracterizadas pela edificação da residência que deu origem ao Colégio de São Tiago em Vitória e de casas nas aldeias, bem como pela instrução e/ou doutrinação de portugueses, escravos e indígenas nesses espaços, indicando a emergência de uma educação escolar.

Representações como as de Capistrano de Abreu, Ellis Jr. e Afonso Taunay, que exaltam determinadas regiões e invisibilizam outras foram reproduzidas pela historiografia e pela historiografia da educação, dando a entender que histórias locais, como a de São Paulo, no período colonial, e a da Corte Portuguesa situada no Rio de Janeiro durante o século XIX, assumem o lugar da própria história do Brasil. E se hoje ainda é possível identificar permanências que influenciam os olhares sobre o passado colonial do Brasil, imagine nas décadas de 1930, 1940 e 1950, época de publicação das Cartas Jesuíticas.

## Referências

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALVIM, Davis Moreira. *A colônia imaginada: Anchieta e as metamorfoses do imaginário medieval na América portuguesa (1534-1597)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

BALESTRERO, Heribaldo L. *A obra dos jesuítas no Espírito Santo*. Viana (ES): Sinopse Histórica, 1979.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR, Amarílio. O estado da arte em história da educação colonial. Navegando pela história da educação brasileira. *HISTEDBR*, Campinas, v. 1, p. 1-23, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURGUIGNON, Leonardo Nascimento. *Assumindo novas identidades: resistência indígena no litoral sul do Espírito Santo (Século XVIII)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

BRAZ, Affonso. Carta de Affonso Braz mandada do porto do Espírito Santo do anno de 1551. In: PEIXOTO, Afrânio. (Org.). *Cartas avulsas 1550-1568*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graffica, 1931, p. 87-89.

CARTA ESCRIPTA DO ESPIRITO SEM NOME DE AUTOR NEM DATA. In: PEIXOTO, Afrânio. (Org.). *Cartas avulsas 1550-1568*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graffica, 1931, p. 207-211.

CARVALHO, José Antônio. *O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1982.

CONDE, Bruno Santos. *Depois dos jesuítas: a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2010.

DIAS, Fabiano Vieira. *O pátio jesuítico no Palácio Anchieta: narrativas tipo-morfológicas e paisagísticas na cidade de Vitória (ES)*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007.

FREIRE, Mário Aristides. *A capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. 2. ed. Vitória: Flor & Cultura Editores, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b.

LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas: de Nóbrega a Vieira*. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1940.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I. Século XVI: o estabelecimento. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006a.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo II. Século XVI: a obra. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006b.

NÓBREGA, Manuel da. Para o padre provincial de Portugal (1552). In: VALLE CABRAL, Alfredo do; FRANCO, Antonio. (Org.). *Cartas do Brasil 1549-1560*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graffica, 1931a, p. 128-132.

NÓBREGA, Manuel da. A Thomé de Sousa (1559). In: VALLE CABRAL, Alfredo do; FRANCO, Antonio. (Org.). *Cartas do Brasil 1549-1560*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graffica, 1931b, p. 191-218.

NÓBREGA, Manuel da. Ao Infante Cardeal [D. Henrique] (1560). In: VALLE CABRAL, Alfredo do; FRANCO, Antonio. (Org.). *Cartas do Brasil 1549-1560*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graffica, 1931c, p. 220-228.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, s.d.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo*. 3.ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 43-59.

PEIXOTO, Afrânio. (Org.). *Cartas avulsas 1550-1568*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graffica, 1931

PIRES, Francisco. traslado de alguns capítulos de cartas do padre Francisco Pires, que hão vindo do Espírito Santo. In: PEIXOTO, Afrânio. (Org.). *Cartas avulsas 1550-1568*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graffica, 1931, p. 194-197.

SALLES, Jansen Gusmão. *Da calúnia à supressão: discursos sobre educação e antijesuitismo no período pombalino*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-

Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SÁ, Antonio de. Cópia de uma carta do irmão Antonio de Sá que recebeu aos irmãos do Espírito Santo a 13 de junho de 1559. In: PEIXOTO, Afrânio. (Org.). *Cartas avulsas 1550-1568*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graffica, 1931, p. 212-222.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde Alcântara. A história da educação no Estado do Espírito Santo: o que se produz na academia. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde Alcântara. *História da educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção*. Vitória: Edufes, 2009. p. 13-25.

SIMÕES, Regina Helena Silva; BERTO, Rosianny Campos; SALIM, Maria Alayde Alcântara. Escritas da história da educação capixaba produzidas no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo (1992-2018). In: SIMÕES, Regina Helena Silva; BERTO, Rosianny Campos; SALIM, Maria Alayde Alcântara (Org.). *Temas da história e da historiografia da educação no Espírito Santo*. Campos dos Goytacazes (RJ): Brasil Multicultural, 2018, p. 24-39.